

INSERÇÃO INTERNACIONAL E PERMANÊNCIAS ESTRUTURAIS: OS LIMITES DA POLÍTICA DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO BRASIL

Autor/es: **Javier GHIBAUDI (UFF, Brasil) y Carla HIRT (UFRJ, Brasil)**

e-mail: javierghibaudi@id.uff.br

Resúmen:

O padrão e dinâmica da inserção no sistema capitalista internacional têm sido uma questão cara ao pensamento econômico latino-americano e ao brasileiro em particular. Desde a análise da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), e para todos aqueles que aderem a sua análise estruturalista, a trajetória da nossa formação econômica estaria caracterizada pela condição *tardia* de constituição de um capitalismo industrial e sua condição *periférica*. Essa análise se entrelaça com uma proposta política de desenvolvimento das estruturas produtivas com maior autonomia do Centro e uma maior influência do Estado a partir do Planejamento e do fomento para alavancar o processo de acumulação. Dentro dessa perspectiva, para os estruturalistas caberia a uma Banca Pública o estímulo ao investimento de longo prazo para permitir uma industrialização e uma outra forma de inserção das economias periféricas.

A proposta estruturalista – também chamada desenvolvimentista – contrasta e entra em disputa, desde sua formulação, com a perspectiva liberal-ortodoxa, favorável a uma maior ingerência dos agentes privados e um padrão de relação internacional mais próximo à liberdade de comércio (Torres Filho; Da Costa, 2012). Os liberais-ortodoxos consideram a intervenção estatal como uma forma de retirar recursos do setor privado – o que denominam *crowding-out* – para alocá-los de forma menos eficiente do que aconteceria, idealmente, sob a dinâmica de relações de mercado mais livres. No caso do BNDES, particularmente, defendem para o setor financeiro privado – nacional ou internacional – a função de fornecer os recursos para os projetos de investimento, escolha “racional” que ficaria assim isenta dos critérios “discrecionais e clientelistas” que associam à banca pública também nos dias de hoje (Lazzarini, 2011).

Este embate, não por acaso, se reproduz já desde a criação do então BNDE (Tavares, 2010) e tem ganhado intensidade na última década. Como observamos a partir de 2003 e sobretudo entre 2008 e 2011, o BNDES tem sustentado uma política de maior incentivo à formação de conglomerados, na qual os recursos estatais fortaleceriam os sócios de capital privado e de origem nacional. Dirigentes, assessores e referências intelectuais ativas no Banco a partir dessa época, declarados estruturalistas e desenvolvimentistas, têm assim defendido a estratégia de *conglomerção* como forma de *completar* o desenvolvimento do capitalismo tardio no Brasil.

É dentro desta proposta que aparece a tentativa de *internacionalização dos conglomerados* como forma de fortalecer a competitividade e inserção mais autônoma do Brasil na economia mundial. Tal iniciativa envolveu a operacionalização de normativas do Banco para financiar projetos de investimento no exterior. Também significou a ampliação das linhas já existentes de recursos para exportação de empresas que teriam capacidade de maior atuação no exterior, além do fortalecimento das mesmas fronteiras adentro. Este apoio incluiu não só empréstimos, mas também significativos recursos do BNDESPar para as vulgarmente denominadas “campeãs nacionais”. Em consistência com as diretrizes declaradas da diplomacia brasileira no período, o Banco tem também enfatizado a tentativa de um maior incentivo às relações econômicas com países da América Latina e África. Uma ação histórica e atualizada do BNDES em termos de inserção internacional, entretanto, tem sido negligenciada no debate político e acadêmico. Trata-se da relação com o capital estrangeiro, notadamente com as filiais de empresas transnacionais, tradicionalmente considerados parte do *tripé* do desenvolvimento nacional, junto com os capitais estatal e privado brasileiros. Os investimentos que esse segmento realiza no Brasil são também importantes para entender a forma de inserção internacional do país, mas não são destacadas nem pelo BNDES como também não aparecem como alvo explícito das críticas tanto ortodoxas quanto progressistas. Significam, ainda, a continuidade do padrão mais geral de acumulação e de inserção internacional que se fundamenta na produção de *commodities* – agrícolas e industriais – indicado por diferentes autores (Medeiros, 2015).

O objetivo deste artigo é ampliar e qualificar este debate, analisando as mudanças e permanências da estratégia e ação do BNDES mais diretamente relacionadas à Inserção Internacional da economia brasileira no período 2003-2014. Com este objeto de estudo, foram analisados documentos e estatísticas do Banco, realizadas entrevistas com seus dirigentes, assim como foram discutidas matérias jornalísticas e pesquisas recentes sobre a temática. A apresentação dos resultados inclui uma breve revisão da análise sobre a ação do BNDES em apoio à *conglomeración* observando mais especificamente a relação do Banco com os grupos de capital estrangeiro com filiais no Brasil. Posteriormente, analisa as ações do Banco em apoio à expansão internacional de empresas sediadas no Brasil mediante incentivos a suas exportações, a seus investimentos no exterior e com a abertura de escritórios e subsidiárias do Banco fora do país. Nas Considerações Finais, em forma sintética e com o intuito de provocar o debate, são enfatizados os principais argumentos deste artigo e uma proposta de agenda de pesquisa.